

ESTIMATIVA DO CUSTO MÁXIMO - SERVIÇOS DE SECRETARIADO (LUCRO REAL)

																		Salário mínimo:	R\$	1.518,00	
																		Dias Úteis:		22	
IND.	CATEGORIA	CCT APLICÁVEL	QUANT.	C.H. SEM.	Itens que compõe remuneração				MONTANTE "A"	Benefícios legais e acordados em CCT/acordo/dissídio							ENCARGOS FISCAIS	CUSTO MENSAL UNITÁRIO POR CATEGORIA	SUBTOTAL		
					SALÁRIO BASE	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	DIA DA CATEGORIA	ENCARGOS SOCIAIS		VALE - TRANSPORTE	VALE - ALIMENTAÇÃO	CESTA BÁSICA	PLANO DE SAÚDE	FARDAMENTO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA	MONTANTE "B"					
						40,00%														79,00%	RS 4,50
1	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CBO: 3515-05)	CE000086/2025	155	44h	R\$ 4.509,27	R\$ 607,20	R\$ 14,21	R\$ 4.053,24	R\$ 9.183,92	R\$ -	R\$ 601,13	R\$ 106,00	R\$ 49,35	R\$ 253,09	R\$ 459,20	R\$ 10.652,69	R\$ 1.770,27	R\$ 12.422,96	R\$ 1.925.558,80		
TOTAL DE POSTOS			155																		
																		CUSTO TOTAL MENSAL DA MAO DE OBRA		R\$	1.925.558,80
																		PROVISIONAMENTO (5,00% DA MAO DE OBRA)		R\$	96.277,94
																		CUSTO TOTAL MENSAL DA CONTRATAÇÃO		R\$	2.021.836,74

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CATEGORIA: Denominação genérica que identifica o profissional, vinculando-o a um conjunto de atribuições;
CCT: Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;
QUANT.: Quantidade de postos de trabalho;
C.H.SEM.: Carga horária semanal que cada profissional deverá cumprir;
SALÁRIO BASE: Valor bruto mínimo, correspondente ao valor fixado em função de CCT ou pesquisa de mercado ;
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE: Valor previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (art. 193, §1º) / Valor máximo (40% sobre o valor do salário mínimo) previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas e legislação correlata a ser pago no percentual certificado por laudo emitido por profissional competente, o qual deverá ser providenciado pela contratada no prazo de 30 dias após o início da prestação. Somente serão realizados pagamentos pelos serviços prestados após comprovação da implantação e pagamento da insalubridade, quanto cabível;
DIA DA CATEGORIA: Benefício previsto em convenção consistente no pagamento em dobro pelo trabalho realizado no dia 05 de outubro, considerando dia comemorativo da categoria profissional - (SALÁRIO BASE + INSALUBRIDADE) / 30 DIAS / 12 MESES : Quando o pagamento mensal, a insalubridade comporá a base de cálculo do dia da categoria apenas se for constatada por laudo técnico.
ENCARGOS SOCIAIS: Percentual de 73,41%, estimado a partir de estudos internos apresentados no ANEXO II, incidente sobre a soma do SALÁRIO BASE, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE e DIA DA CATEGORIA;
MONTANTE A: Resultado do somatório dos "itens que compõe a remuneração";
VALE TRANSPORTE: [(Valor do vale transporte em Fortaleza * n.º de dias úteis) * 2] - 6,00% do SALÁRIO BASE (DECRETO Nº 15.576, DE 07 DE MARÇO DE 2023). Até o presente não houve reajuste para 2025;
VALE ALIMENTAÇÃO: N.º dias úteis * valor do VALE ALIMENTAÇÃO – 1,00% do valor do VALE ALIMENTAÇÃO. Benefício adicional previsto em Convenção Coletiva;
CESTA BÁSICA: Benefício adicional previsto em CCT;
PLANO DE SAÚDE: Benefício adicional previsto em Convenção Coletiva;
FARDAMENTO: Valor máximo mensal por colaborador a título de fardamento, obtido por de meio de pesquisa no mercado;
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÁXIMA: Percentual variável resultante do somatório do custo da administração e lucro, cujo resultado será de, no máximo, 5,00%, conforme prática do TJCE em contratações similares, incidente sobre o MONTANTE A. Não há impedimento de percentual mínimo ;
MONTANTE B: Somatório do MONTANTE A + VALE TRANSPORTE + VALE ALIMENTAÇÃO + PLANO DE SAÚDE + EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL + TAXA DE ADMINISTRAÇÃO;

ENCARGOS FISCAIS: Valor obtido aplicando-se o Percentual de Tributos * (MONTANTE "B") ÷ (1 - PERCENTUAL DE TRIBUTOS). O percentual de encargos fiscais para empresas optantes pela tributação baseada no lucro real (Regime de Incidência Não Cumulativa) é de 14,25% (quatorze vírgula vinte e cinco por cento), resultante do somatório dos seguintes tributos: ISS (5,00%) + COFINS (7,60%) + PIS (1,65%); Para empresas optantes pela sistemática da tributação pelo lucro presumido (Regime de Incidência Cumulativa), o percentual invariável será de 8,65% (oito vírgula sessenta e cinco por cento), composto pelo somatório dos seguintes tributos: ISS (5,00%) + COFINS (3,00%) + PIS (0,65%). É importante ressaltar que o Edital permite que as empresas apresentem suas propostas com base na alíquota efetiva do recolhimento dos tributos (Regimes Diferenciados), desde que legalmente apurado e mediante comprovação.

DIAS ÚTEIS: Previsão máxima de dias úteis de prestação de serviços por mês;
CUSTO UNITÁRIO: Somatório MONTANTE. B + ENCARGOS FISCAIS;
CUSTO TOTAL: CUSTO UNITÁRIO * QUANT.;

PROVISIONAMENTO: Reserva correspondente a 5,00% (variável de 5% sobre o valor mensal da mão de obra, destinado a fazer frente a despesas de ocorrência incerta, previstas na CCT da categoria. Exemplos: a) AUXÍLIO-CRECHE (valor de R\$ 258,79 (duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) - mensais, até o 6º mês de vida; b) AUXÍLIO-FUNERAL (equivalente a 3 (três) pisos salariais da categoria, na faixa que o empregado falecido estiver enquadrado). Tais despesas somente serão ressarcidas mediante devida comprovação dos fatos geradores, com incidência dos encargos legais aplicáveis.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Para efeito da estimativa de custos foram consideradas as alíquotas de uma empresa para prestação de serviço em Fortaleza e sob regime de tributação Lucro Real. Para efeito de contratação, as alíquotas dos Tributos aplicadas serão aquelas em que o regime de tributação ao qual a empresa se enquadra.
- 2) Considerando os Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na esteira da Súmula nº 222/TCU, que dispõe que “As decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios”, os percentuais referentes à CSLL e IRPJ não serão considerados para efeito do cálculo dos custos dos serviços.
- 3) A Planilha acima está cotada com TAXA DE ADMINISTRAÇÃO máxima (5%). A licitante terá que seguir a sequência do modelo da Planilha acima, sendo que, em relação ao percentual de ENCARGOS SOCIAIS, poderá haver alteração em virtude do percentual do Seguro de Acidente de Trabalho, modificado por força do valor do FAP da licitante, a ser comprovado, na assinatura do contrato, pela empresa interessada e nos conforme dos normativos expedidos pela SRF – Secretaria da Receita Federal e à Legislação pertinente. E em relação aos ENCARGOS FISCAIS a licitante deverá apresentar sua proposta com base na legislação aplicável ao seu regime tributário, podendo concorrer com base na alíquota efetiva do recolhimento dos tributos, desde que legalmente justificado. Será desclassificada a licitante que apresentar a planilha em desacordo com essas exigências, exceto nos casos cabíveis de diligências determinadas pelo pregoeiro, nos termos da Resolução do Órgão Especial do TJCE n. 10/2020.
- 4) O preço deste orçamento para o período de 36 meses importa no valor de:

R\$ 72.786.122,64

 (setenta e dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos)
- 5) O percentual ofertado em função da taxa de administração não será reajustável;
- 6) Os reajustes salariais das categorias, através de convenção coletiva de trabalho, serão feitos por Aditivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TABELAS DE ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS

SUBMÓDULO 1 - Encargos Previdenciários e FGTS									
					GERAL %	SIMPLES NACIONAL %	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO	
A	INSS				20	20	Art. 22, inciso I, da Lei 8.212/91.	20% sobre a remuneração.	
B	SESI / SESC				1,5		Art. 30 da Lei 8.036/90.	1,5% sobre a remuneração.	
C	INCRA				0,2		Art. 1º, inciso I, do Decreto Lei nº 1.146/70.	0,2% sobre a remuneração.	
D	SENAI / SENAC				1		Decreto nº 2.318/86.	1% sobre a remuneração.	
E	Salário Educação				2,5		Art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82; art. 15, de Lei nº 9424/96; e art. 2º, do Decreto nº 34.12/99.	2,5% sobre a remuneração.	
F	SEBRAE				0,6		Art. 8º da Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.	0,6% sobre a remuneração.	
G	RAT (%)	3	FAP (Fator)	2	RAT Ajustado	6	6	Art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c" da Lei 8.212/91; Decreto nº 6042/07; Anexo da Resolução MPS/CNPS nº 1.329/17 (Fator Acidentário de Prevenção - FAP).	Alíquotas do RAT de 1%, 2% ou 3%, podendo ser reduzida pela metade ou acrescida em até 100% pelo FAP.
H	FGTS				8	8	Art. 15 da Lei 8.036/90 e art. 7º, inciso III, da Constituição Federal de 05/10/88.	8% sobre a remuneração.	
Total do SUBMÓDULO 1:					39,80	34,00			

PERCENTUAL ENCARGOS FISCAIS (LUCRO REAL)	
TÍTULO	%
ISS	5,00%
COFINS	7,60%
PIS	1,65%
TOTAL	14,25%

SUBMÓDULO 2 - 13º Salário e Adicional de Férias						
		GERAL %	SIMPLES NACIONAL %	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO	
A	Adicional de Férias	2,78	2,78	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XVII, dispõe que é direito do trabalhador o "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um tempo a mais do que o salário normal".	(1 / 3) / 12) x 100 = 2,78%	
B	13º Salário	8,33	8,33	A Constituição Federal no Art. 7º inciso XIII, prevê o décimo terceiro salário com base na remuneração integral. Portanto, cada trabalhador faz jus a um salário por ano a esse título.	1/12 x 100 = 8,33%	
C	Subtotal 2	11,11	11,11			
D	SM 1 sobre subtotal 2	4,42	3,78	SUBMÓDULO 1 sobre o 13º Salário e Adicional de Férias.		Subtotal 2 x Total SM 1
Total do SUBMÓDULO 2:		15,53	14,89			

PERCENTUAL ENCARGOS FISCAIS (LUCRO PRESUMIDO)	
TÍTULO	%
ISS	5,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
TOTAL	8,65%

SUBMÓDULO 3 - Provisão para Rescisão					
		GERAL %	SIMPLES NACIONAL %	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42	0,42	Traça-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho.	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03	0,03	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.	API X 8%
C	Incidência da Multa do FGTS sobre o API	0,16	0,16	Incidência da Multa de 40% sobre o FGTS de 8% que deve incidir sobre o percentual de empregados demitidos com API	$5\% \times 8\% \times 40\%$
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94	1,94	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).	$((7 / 30) / 12) \times 100 = 1,94\%$
E	Incidência dos Encargos do SM 1 sobre o APT	0,77	0,66	Refere-se à incidência dos Encargos Previdenciários e FGTS (SM 1) sobre o APT.	(APT x Total SM 1)
F	Multa do FGTS sobre Rescisão sem Justa Causa	4	4	Multa do FGTS prevista no §1º do art. 18 da Lei 8.036/90 prevê pagamento de 40% para empregado sobre a soma dos depósitos do FGTS, nos casos de rescisão sem justa causa. Considerando o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário.	$0,08 \times 0,4 \times [1 + 5/56 + 5/56 + (1/3 \times 5/56)] = 4\%$
G	Subtotal 3	7,32	7,21		
H	Incidência dos Custos Rescisórios sobre SM 2	1,14	1,07	Tendo em vista que o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado integram tempo de serviço, eles incidem sobre férias e 13º salário	Subtotal 4 X Total SM2
Total do SUBMÓDULO 4:		8,46	8,28		

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	
TÍTULO	%
Custo Administrativo	(*)
Lucro	(*)
Percentual Máximo	5,00%
(*) Informar Percentual	

SUBMÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
		GERAL %	SIMPLES NACIONAL %	FUNDAMENTO LEGAL	MEMÓRIA DE CÁLCULO
Férias		8,33	8,33	Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT, e art. 7º, inciso XVII, CF.	1/12 X 100 = 8,33%
Substituição na cobertura das ausências Legais		0,83	0,83	Esta parcela refere-se as faltas legais previstas no art. 473 CLT, em que a contratada deve providenciar sua substituição. Utilizamos como referência 3 dias, conforme consta média utilizada na metodologia SEGES/MP	(3/30) / 12 X 100 = 0,83%
Licença Paternidade		0,02	0,02	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano.	(5 / 30) / 12) X 0,015 X 100 = 0,02%
Licença Maternidade		0,03	0,03	Custado integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Para fins de cálculo considerou-se 1,416% que corresponde ao % referente a taxa bruta de natalidade no Brasil em 2015 (IBGE).	[1,416% X 10% X 6/12) X (8,33% + 8,33% + 2,78% + 20% + 8%)] 100 = 0,03%
Ausência por Acidente de Trabalho		0,03	0,03	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.	(15 / 30) / 12) X 0,0078 X 100 = 0,03%
Subtotal 4		9,25	9,25		
Incidência do SM1 sobre o subtotal 4		3,68	3,68	SUBMÓDULO 1 sobre o Custo de Repos. do Profiss. Ausente.	
Incidência dos custos com 1/3 de férias, 13º sal e rescisão s		2,22	2,14	Tendo em vista a necessidade de custeio integral dos substitutos, deve ser considerado o reflexo do custo do tempo constitucional, 13º salário e verbas rescisórias para os substitutos.	
Total do SUBMÓDULO 5:		15,15	15,07	Subtotal 4 X Total SM1 (Total SM2+ Total SM3)/Subtotal 4)	

RESUMO DO MÓDULO - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
	GERAL %	SIMPLES NACIONAL %
SM 1. Encargos Previdenciários e FGTS	39,8	34
SM 2. 13º Salário e Adicional de Férias	15,53	14,89
SM 3. Provisão para Rescisão	8,46	8,28
SM 4. Custo de Reposição do Profissional Ausente	15,15	15,07
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas	79,00	72,00

ESTIMATIVA DE CUSTO DO FARDAMENTO

DESCRIÇÃO DO FARDAMENTO	PREÇO MÉDIO APURADO NO PAINEL DE PREÇOS	QUANTIDADES DE ITENS FORNECIDOS EM 01 ANO	CUSTO ANUAL POR ITEM PARA CADA COLABORADOR(A)	CUSTO MENSAL POR ITEM PARA CADA COLABORADOR(A)
TERNO (BLAZER E CALÇA)	R\$ 513,67	4	R\$ 2.054,68	R\$ 171,2233
CAMISA SOCIAL	R\$ 54,93	8	R\$ 439,44	R\$ 36,6200
SAPATO SOCIAL (PAR)	R\$ 104,00	4	R\$ 416,00	R\$ 34,6667
MEIA SOCIAL (PAR)	R\$ 5,83	8	R\$ 46,64	R\$ 3,8867
CINTO DE COURO	R\$ 40,13	2	R\$ 80,26	R\$ 6,6883
CUSTO MENSAL DO UNIFORME COMPLETO PARA CADA COLABORADOR			R\$ 253,0850	
CUSTO ANUAL DO UNIFORME COMPLETO PARA CADA COLABORADOR			R\$ 3.037,02	
CUSTO TRIENAL DO UNIFORME COMPLETO PARA CADA COLABORADOR			R\$ 9.111,06	